



Os Grupos de Onze Companheiros no Paraná: Uma análise a partir dos documentos do DOPS/PR

Luana Milani Pradela¹

A segunda metade do século XX, marca um período de grande instabilidade política e social na nossa história. No que tange ao contexto mundial, vivenciávamos a Guerra Fria, em que as potências União Soviética e Estados Unidos disputavam em um conflito de ordem político, militar, tecnológico e, principalmente, ideológico, buscando por aliados entre os variados países do mundo.

No Brasil, este clima de instabilidade é acirrado a partir da instauração da Ditadura Militar no país, com o golpe de 1964, com grande influência dos Estados Unidos e sua atuação, com interesse na inserção do capital externo no país, buscado cumprir um papel fundamental para a supremacia do capital monopolista sobre a sociedade brasileira, interrompendo movimentos das classes trabalhadoras e suas organizações políticas e sociais contra ordem estabelecida (MACIEL, 2014: 64).

No que se refere ao contexto pré-golpe militar, deve-se considerar que os interesses do capital monopolista, vinculado à frações da classe dominante no Brasil, incluindo os altos escalões do exército brasileiro, não encontravam um espaço favorável para seu desenvolvimento. Em 1961, mesmo após Jânio Quadros assume o poder – com um projeto de governo “autoritário no plano interno e aberto em termos de política internacional” (BRASIL: NUNCA MAIS, 1986: 57), atendendo as exigências do capital monopolista e garantindo os interesses das frações de classe que se organizavam a seu favor – ele renuncia, dando abertura para a posse do seu vice-presidente, João Goulart, vinculado à um projeto trabalhista e à seu partido de características “getulistas”, PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

Goulart, apontado como “radical pela alta hierarquia das Forças Armadas” (BRASIL: NUNCA MAIS, 1986: 57), tem sua posse barrada pelos poderes conservadores do Exército, vinculados à frações da classe dominante. Goulart sofreu forte oposição e veto dos ministros militares à sua posse como presidente, o que desencadeou um movimento popular em todo o país pela legalidade de seu cargo. Um dos mais intensos movimentos desencadeados foi a

¹ Mestranda pelo programa de Pós-graduação em História na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Campanha da Legalidade, no Sul do país, liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

Brizola teve uma intensa atuação na política brasileira. Vinculado ao PTB, representava o que havia de mais à esquerda dentro do partido, encarando os ideais trabalhistas e anti-imperialistas de forma acentuada. Entrou para o partido ainda muito jovem, em 1945, na ala estudantil, galgando posições de prestígio em pouco tempo. Em 1947 foi eleito deputado estadual pelo Rio Grande do Sul; 1952 assumiu a Secretaria de Estado de Obras no estado; 1954 eleito deputado federal; 1955, prefeito de Porto Alegre, e finalmente em 1958, eleito governador do RS. Durante seus mandatos, realizou grandes obras sociais, investindo em saneamento básico, transporte e educação, além de apoiar movimentos camponeses e a nacionalização de empresas norte-americanas (FERREIRA, 2016: 25).

Apesar de sua atuação no estado do Rio Grande do Sul, foi durante a Campanha da Legalidade que ganhou destaque nacional. Assim, com o forte apoio popular, incentivado pela Campanha da Legalidade, Goulart assume a presidência. Porém, um governo regido pelo parlamentarismo imposto pelos militares. Durante seu governo, houve um rápido crescimento das lutas populares e do nacional-reformismo, apoiado na defesa das reformas de base, assim como defendidas por Leonel Brizola. Ao chegar à presidência, Goulart teve que lidar com a cobrança em relação a efetivação das reformas de base, sistematizadas desde a década de 1950 pelos trabalhistas, e cobradas por grupos esquerdistas e organizações de trabalhadores em geral (FITTIPALDI, 2012: 25)

Quanto a administração de Goulart,

(...) tentou também conseguir o monopólio estatal da importação de petróleo e desapropriar as cinco refinarias privadas do Brasil, assim como reverter as concessões de mineração dadas às corporações multinacionais. Na frente trabalhista, ela tentou reajustar os salários mínimos, reajustar o poder aquisitivo dos trabalhadores e empregados, estabelecendo uma política de controle de preços e supervisionar a distribuição dos bens básicos de consumo. Foi decretado também o primeiro e tímido estágio da Reforma Agrária (DREIFUS, 1981, p. 132)

Goulart passa a sofrer intensa pressão dos setores conservadores contra a efetivação das chamadas reformas de base, enquanto os setores populares lutavam por elas, incentivando a consolidação de medidas conciliatórias por parte do governo de Jango, que administrava um país em “crise econômica e social” (RIGHI, 2014: 13).

Essas medidas conciliatórias e a constante oposição do Congresso à efetivação das reformas de base, impulsionam Leonel Brizola à convocar via rádio – instrumento muito utilizado pelo político ao longo de sua carreira – a organização popular para pressionar a

efetivação das reformas, bem como a luta pelos preceitos nacionalistas. A essa organização popular, Brizola daria o nome de “Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas”.

Brizola, que neste momento detinha uma força política importante dentro de sua agremiação partidária (o PTB), tornava-se gradativamente um importante líder nacionalista, representante das “esquerdas”, que pressionavam o presidente João Goulart (seu cunhado) a aprovar as Reformas de base, caracterizando-se em um momento de grande mobilização social. (RIGHI, 2014: 15).

Segundo a interpretação de Harres e Brandalise, Brizola pretendia, com a convocação dos Grupos dos Onze, impulsionar um levante popular como ocorreu durante a Campanha da Legalidade, mas dirigido agora à uma ação organizada e canalizada (BRANDALISE; HARRES, 2015: 7). Assim, fazia seus pronunciamentos através da Rádio Mayrink Veiga, na Guanabara (neste momento, o político era deputado federal pelo extinto estado da Guanabara), convocando a população à se organizar por três objetivos principais: 1) Defesa das conquistas democráticas; 2) Implantação imediata das reformas de base; 3) Libertação nacional da espoliação internacional.

Tais objetivos foram divulgados no jornal *Panfleto*, semanário editado no Rio de Janeiro, com apenas sete números, circulando nacionalmente de fevereiro a março de 1964. Sua fundação veio para somar à rádio Mayrink Veiga na formação de um “amplo sistema de propaganda e difusão do ideário nacionalista, compondo uma rede de ‘combate’ às grandes agências de comunicações do centro do país.” (PACHECO, 2012: 88). Vinculado à setores do PTB e à Frente de Mobilização Popular, condenavam a forma como João Goulart coordenava a política popular, numa administração “conciliatória e vacilante” (PACHECO, 2012: 99), conclamando o povo através de um manifesto à pressionar o executivo pela efetivação das Reformas de Base.

A distribuição das edições do *Panfleto* era de responsabilidade dos políticos do PTB e de militantes de outros movimentos sociais como as Ligas Camponesas, UNE (União Nacional dos Estudantes), Movimento dos Agricultores Sem Terra que apoiavam Brizola e suas propostas, além dos próprios Grupos dos Onze, que tinham no jornal uma inspiração para sua atuação e discussões políticas, e também difundindo as edições para incentivar a formação de novos Comandos Nacionalistas. (PACHECO, 2012: 89).

Como base das propostas de Brizola, estava a carta-testamento de Getúlio Vargas, a partir de uma leitura heroica que fazia do documento, vendo o presidente morto como um

“mártir”, que cometeu suicídio para conscientizar os brasileiros sobre a libertação do país em relação as injustiças sociais e a exploração econômica, advinda espoliação norte-americana, como pode-se perceber no texto a seguir, presente no Manual de Organização que convocava os Grupos dos Onze:

O Presidente Getúlio Vargas, em 1954, decidiu morrer, dramaticamente, para que nós brasileiros, sob o impacto do seu sacrifício, viéssemos compreender a grande mensagem contida em sua carta-testamento. O imortal brasileiro decidiu morrer para que nós despertássemos. Sua mensagem é uma convocação dirigida a todos os brasileiros e patriotas para a luta contra a espoliação internacional de nossa Pátria, por ser esta a causa e origem profundas deste quadro de injustiças, de sofrimentos, de angústias e de pobreza que vêm tornando a vida humana insuportável em nosso País. (Manual de Organização: 1)

Segundo sua interpretação da carta, Vargas fazia “uma denúncia à nacionalidade e uma convocação à luta, ao inconformismo, à insubmissão e à resistência, de todos os brasileiros e patriotas deste país” (BRIZOLA, 1963 apud FERREIRA, 2016: 41).

Assim, os Grupos dos Onze deveriam ser formar com base nestes preceitos. Esses grupos de onze pessoas faziam referência à organização de um time de futebol, esporte popularmente difundido no Brasil, o que chamaria atenção dos sujeitos, sendo uma estratégia de mobilização. Cada “time” possuiria um capitão, que lideraria o grupo na luta.

Conforme os grupos iam se formando – por todo o país, inclusive nas regiões interioranas – os membros deveriam preencher uma ata com os nomes de cada integrante e seus endereços e envia-las à Rádio Mayrink Veiga (nº 15, na Guanabara), cujos nomes eram lidos por Brizola em cadeia nacional. Quanto a quantidade de grupos que se formaram, existem muitas divergências, porém, estima-se que tenham sido entre 40 mil e 100 mil grupos (TAVARES, 2016: 92) organizados ao longo de todo o país, com maior concentração nos estados do Sul, especialmente no Rio Grande do Sul, de onde Brizola teria iniciado sua carreira política e atuado como governador.

A partir da análise sobre as pesquisas efetuadas sobre a temática, percebe-se que não havia um grupo social específico presente nessas organizações, abrangendo políticos, homens do campo, comerciantes, estudantes, sujeitos variados que se identificavam com as propostas brizolista. Os perfis de membros variavam muito de acordo com a localidade em que se encontravam, sendo que nas cidades interioranas, cujo cenário era mais voltado para o trabalho no campo, era mais comum a presença de homens do campo nos grupos, enquanto que nos grandes centros urbanos da época, como o Rio de Janeiro, era mais comum a participação de políticos vinculados à partidos (especialmente o PTB) e estudantes.

Quanto aos objetivos dos grupos, existe ambiguidade nas interpretações. Como apontam Brandalise e Harres, membros dos grupos, líderes petebistas e o próprio Brizola em entrevistas negam qualquer relação com a luta armada, reafirmando a pressão pelas reformas de base, voltados à discussão política, social e reivindicação pelos direitos básicos. (BRANDALISE; HARRES, 2016).

O fato é que com a efetivação do golpe, não houve reação. Os grupos foram derrotados antes mesmo de reagir. Ao contrário do que ocorreu no episódio da Legalidade, em que a população foi para as ruas contra o golpe e pela posse de João Goulart, em 1964 não houve uma ação por parte dos membros dos Grupos dos Onze. Autores como Brandalise e Harres (2015) apontam que os grupos não tiveram tempo de se organizar de forma mais intensa, devido a sua duração efêmera, de poucos meses até a concretização do golpe militar. Mesmo assim, foram severamente reprimidos, considerados uma ameaça ao governo que ascendia.

A mídia empresarial difundia a imagem de “subversivos”, “comunistas”, “revolucionários” aos sujeitos vinculados aos grupos, incentivando as denúncias aos órgãos de repressão. No entanto, assim como apontam Brandalise e Harres, os poucos documentos restantes sobre os grupos, como o Manual de Organização (publicado no jornal *Panfleto* e arquivado no DOPS), e nos documentos apreendidos pelos órgãos de repressão, não há referências ao uso de armas, instruções de guerrilha ou fomento à violência explícita. As deliberações recaíam sobre a defesa da democracia e do nacionalismo (BRANDALISE; HARRES, 2014: 8).

O Manual Organização/Ação, apontava a formação dos grupos na intenção de canalizar uma luta conjunta, pois Brizola acreditava que muitos brasileiros se encontravam incomodados com a realidade brasileira, porém, desorganizados. Conforme o Manual:

Milhões e milhões de brasileiros esclarecidos e inconformados estão mais do que prontos para agir e fazer alguma coisa, clamando por uma tomada de posição das lideranças e pela distribuição de tarefas, mas todos ou quase todos, sem qualquer articulação, imobilizados pela inexistência da organização que viria justamente dar impulso e canalizar a força invencível que representa o povo brasileiro mobilizado. (Manual de Organização, p. 4)

Brizola, portanto, apontava uma ação conjunta, organizações simples que agissem na “hora do desfecho” (visto aqui como o golpe) junto às organizações já existentes como o movimento estudantil, dos trabalhadores Sem Terra, sindicatos, a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), entre outros, como ele mesmo apontava, que se dispusessem a lutar “em defesa de nossas conquistas democráticas, por uma democracia autêntica, pela realização imediata das reformas de base e pela libertação do nosso povo da espoliação internacional” (Manual de

Organização: 6), ou seja, em nenhum momento aponta-se para a defesa do comunismo ou da luta armada, como a mídia empresarial e os órgãos da repressão difundiam.

Além disso, não se pode definir os grupos como clandestinos, atuando na “ilegalidade”, pois o discurso convocatório presente no manual foi reproduzido por Brizola nacionalmente e publicamente a partir da rádio, bem como os nomes dos onze membros de cada grupo eram registrados em atas enviados à rádio Mayrink Veiga, onde eram pronunciados por Brizola. O que nos leva a questão: Por que Brizola anunciaria publicamente a organização se tinha pretensões de atuar contra a democracia?

Nesse sentido, Herbert Soares Caçador reafirma que os grupos não tinham caráter revolucionário, mas que o objetivo principal era organizar o povo a fim de lutar pelas reformas de base, em especial a agrária e a urbana, e contra as tentativas de golpe de Estado. Aponta também que se formaram em um período democrático, com atividades abertas, em que os membros divulgavam as ideias de Brizola nas ruas, em conversas e debates na praça, sem maiores dimensões do que isso poderia acarretar (CAÇADOR, 2015: 9).

Essa concepção é corroborada por Graziane Ortiz Righi, que diferencia os grupos dos comunistas, apontando-os como defensores das reformas de base, impulsionados especialmente pelo carisma de Brizola, que convoca os grupos diante o clima de instabilidade política e econômica. A autora aponta também a possibilidade de os grupos não terem agido pois foram tardiamente organizados (RIGHI, 2014).

Sobre os perfis dos membros vinculados aos grupos, Righi aponta a partir da sua análise no Rio Grande do Sul, que eram em sua maioria agricultores humildes, sem instrução, que acreditavam que os grupos poderiam lhes trazer melhorias no campo, conquista de maquinários, de terras. Tal perspectiva é levantada também por Marli Baldissera, em sua análise na região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, que aponta que os grupos não configuravam grupos paramilitares, guerrilheiros ou revolucionários como foram retratados pelo governo e pela mídia empresarial, mas pessoas inocentes, ingênuas, pacatos colonos e sem espírito revolucionário. (BALDISSERA, 2003: 19).

Pacheco, por sua vez, analisando o estado de Santa Catarina, traz que os grupos que se formaram eram predominantemente de trabalhadores urbanos, de classe média/baixa e sem curso superior, e que organizavam os grupos e debatiam política nos espaços dos bares. Preenchiam as listas sem maiores preocupações com as consequências, o que fica evidente com a percepção de que muitos sujeitos colocavam nomes de seus filhos ainda crianças ou de membros idosos da família, para completar as listas.

Em seu trabalho, Pacheco insiste em apresentar que os envolvidos nos grupos eram “sujeitos comuns”, organizando-se e mobilizando-se a favor de seus projetos de transformação social, a partir das condições de vida que levavam (PACHECO, 2012: 143)

No que diz respeito ao Paraná – estado que vivenciou uma forte migração de sujeitos vindos do Rio Grande do Sul (estado natal de Brizola) – é possível visualizar a organização dos Grupos dos Onze a partir dos documentos da DOPS/PR (Delegacia de Ordem Política e Social – Paraná) presentes no Arquivo Público Estadual, em Curitiba. Entre esses documentos, encontram-se cartas endereçadas à Brizola por sujeitos que se vincularam aos grupos, denunciando suas mazelas, as condições precárias que vivenciavam, pedindo auxílio e se inserindo na luta por melhores condições de vida, apoiando inclusive as reformas de base, especialmente reforma agrária, tendo em vista a condição da terra no estado. Encontram-se também atas de reuniões com os nomes dos membros, manifestos e o próprio regimento, contendo os objetivos centrais da organização, materiais apreendidos e submetidos à investigação, servindo de base para a abertura dos IPMs (Inquérito Policial Militar).

Tais documentos apreendidos por parte da DOPS/PR, produzidos pelas pessoas vinculadas aos G11, dão-nos uma possibilidade de compreender quem eram, o que buscavam, onde se localizavam e qual sua participação nos grupos, compreendendo as particularidades da região e dos envolvidos.

Encontramos também, entre os documentos da DOPS/PR, os documentos produzidos pelo órgão, sendo eles: relatórios, informes, ofícios expedidos e recebidos, radiogramas, telegramas, fichas de identificação criminal, pedidos de busca e apreensão e inquéritos. Documentos estes que nos possibilitam compreender a organização do próprio DOPS enquanto um sistema de informação e repressão e como eles agiam para alcançar seus objetivos, difundindo a perspectiva da “subversão” e do “inimigo interno”, infiltrando agentes nos movimentos de modo a conhece-los e estruturar seus métodos de apreensão e repressão; a articulação entre os organismos de repressão e/ou informação, interligados e organizados no cumprimento de suas funções de espionar e reprimir os “subversivos”. Estes organismos de repressão estavam articulados antes mesmo do golpe e agiram de imediato na defesa do projeto político instaurado junto a ele, refutando quaisquer possibilidades de um projeto diferente.

Entre os documentos que mais despertam interesse, estão as já citadas cartas enviadas à Brizola, no endereço da Rádio Mayrink Veiga. Nelas, trabalhadores comuns espalhados pelo estado do Paraná, denunciam a situação precária em que viviam, com problemas especialmente vinculados à terra.

Há de se levar em consideração o contexto das áreas rurais neste período. A economia, que se transformava drasticamente em favor da acumulação de capital, influenciava diretamente na produção rural. A base da produção, que antes estava voltada à pouca mecanização, arados de tração animal, enxadas, colheitas à mão, carroças como meio de transporte e o pouco acesso à tratores, é substituído pela constante inserção da tecnologia no campo.

Antônio Bosi, analisando a situação do Oeste do Paraná, aponta que nesse processo de inserção da tecnologia no campo, nem todos os colonos deslancharam, sendo que “o atraso referente à mecanização das lavouras e à adoção de técnicas e insumos para os rebanhos, colocavam o colono numa posição perigosa, sobre o risco de perder sua propriedade.” (BOSI, 2016: 212). Muitos pequenos proprietários vendiam parcelas de suas terras para pagar dívidas ou investir em maquinário, de modo a atualizar o plantio, especialmente entre os anos de 1950 e 60, período que antecede o golpe militar. Muitos sequer conseguiam equipar suas terras com máquinas e insumos para o aumento da produção e conseqüentemente, da renda.

Essa situação nos leva a reflexão sobre porque muitos sujeitos inseriam-se nos Grupos dos Onze em defesa das reformas de base, muitos inclusive acreditando que receberiam benefícios, maquinários, sementes e até mesmo porções de terra. A defesa de reforma agrária fica mais evidente com apresentação da carta transcrita a seguir, enviada em 15 de março de 1964 por um grupo organizada por moradores da Fazenda São Bento, em Mangueirinha, no Paraná, apreendida pela DOPS/PR:

As nossas Saudações

Ao nosso bom Brasileiro Deputado Leonel de Moura Brizola, com muito prazer, é através da grande emiçora Rádio Mayrink Veiga, com o coração cheio de esperança de ouvir a vossa palavra e a palavra de nosso conterrâneo presidente da República João Goulart, firmando a Lei da Reforma Agrária, e nós grupo de 11 que moramos nesta fazenda São Bento fazenda criminosa moramos a mais de 20 anos estamos à espera da reforma por que somos todos sem terras esta firma americana Cia Luthi estão ponhando puliça pra cima dos posseiros e prometendo despejo e por isso pedimos, eu pesso urgência e aqui vai (incompreensível) dos analfabetos mas estão ao seu dispor para qualquer coisa. (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ - DOPS/PR).²

Ao final da carta ainda se encontram o nome dos onze membros do grupo. Esta carta é bastante representativa do cenário vivenciado na época nas áreas rurais do país. A escassa legislação às relações de trabalho no campo, a ação de grileiros e jagunços na expropriação de pequenos proprietários, a inserção cada vez mais acentuada do capitalismo no campo fazendo

² É importante apontar que devido à ação do tempo e a tardia digitalização das cartas, alguns trechos permanecem incompreensíveis, muitas vezes rasurados.

exigências que grande parte dos proprietários não podiam acompanhar e acabavam por se endividar e ficar à mercê das precárias relações de trabalho rural à serviço dos grandes latifundiários.

Estes elementos tornaram-se incentivadores da defesa da reforma agrária, percebida na carta acima. Estes sujeitos, portanto, veem nos discursos de Brizola aspectos de identificação, e passam a buscar alternativas de luta, sendo os Grupos dos Onze uma delas.

Considerações Finais

Os Grupos dos Onze, apesar de sua curta duração – desde a convocação de Brizola na segunda metade do ano de 1963 até a instauração do golpe militar em 1964 – foram severamente reprimidos, com a justificativa de serem grupos revolucionários, atuando contra a democracia. No entanto, partindo das análises referentes aos grupos e sua atuação nos diversos estados brasileiros, contrapõe-se a versão da grande mídia e dos órgãos de repressão.

Em sua maioria, eram trabalhadores rurais ou urbanos em busca de melhores condições de vida, que incentivados pelos calorosos discursos de Brizola e sua popularidade, viam nos Grupos dos Onze uma alternativa às condições precárias em que viviam.

A compreensão da situação de instabilidade econômica e política do país na época, pode-nos apontar um caminho de compreensão sobre a formação destes grupos, levando em consideração os materiais produzidos pelos próprios grupos, como as cartas endereçadas à Brizola, que nos permite conhecer um pouco sobre os sujeitos envolvidos, seus interesses e objetivos.

É por este caminho que seguimos, sem buscar generalizar o objetivo de formação dos grupos, mas buscando um ponto em comum entre estes sujeitos formadores, como a luta pela reforma agrária.

Referências Bibliográficas:

BALDISSERA, Marli. **Onde estão os Grupos de Onze?: Os Comandos Nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS.** Dissertação (mestrado) – Universidade de Passo Fundo, RS – 2003.

BOSI, Antônio de Pádua. **Ditadura militar, capital e trabalho no Oeste do Paraná (1950 – 1980).** Espaço Plural, vol XVII, núm. 34, enero-junio, 2016, pp. 204-237. UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon.

BRANDALISE, Carla. HARRES, Marluza Marques. **Comandos Nacionalistas no interior do Rio Grande do Sul**: Notas preliminares. In: *Historiae*, Rio Grande, 5 (2): p. 67-86, 2014.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. **“O Povo nas ruas”**: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas. A propósito da militância. In: FREIRE, Américo. FERREIRA, Jorge (org). **A razão indignada**: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BRASIL: NUNCA MAIS. Arquidiocese de São Paulo (Org). Editora Vozes LTDA Petrópolis –RJ, 1986.

CAÇADOR, Herbert Soares. **Os Grupos de Onze Companheiros**: Repressão e anticomunismo no Município de Muniz Freire – ES. Anais do V Encontro Internacional UFES/Paris-Est, 2015.

DREIFUSS, René A. **1964**: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 3º Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1981.

FERREIRA, Jorge; **Nacionalismo, democracia e reformas**: As ideias políticas de Leonel Brizola (1961-1964). In: FREIRE, Américo. FERREIRA, Jorge (org). **A razão indignada**: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FITTIPALDI, Marta Lúcia Lopes. **Um golpe e duas cidades**: memórias dos moradores de Carmo e Além Paraíba sobre o golpe civil-militar de 1964. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MACIEL, David; **Ditadura militar e capital monopolista**: estruturação, dinâmica e legado. In: *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.18 n.32, p.64-78, jan./jun. 2014.

PACHECO, Diego. **Ecos da Resistência**: Os Grupos dos Onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961 – 1964). Dissertação apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

RIGHI, Graziane Ortiz. **Grupo dos Onze**: a tentativa de resistência. Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2014, Florianópolis – SC.

TAVARES, Tânia dos Santos. **Grupo dos Onze**: a esquerda brizolista: (1963-1964). XXVII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015.

Fontes:

Manual de Organização: Organização dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”. Arquivos DOPS-PR/Arquivo Público do Paraná

Carta endereçada à Leonel Brizola, apreendida pela DOPS-PR/Arquivo Público do Paraná.

